

DOGMA da Virgindade de Maria, verdade de fé

Papa João Paulo II

1. A Igreja tem constantemente considerado a virgindade de Maria uma verdade de fé, acolhendo e aprofundando o testemunho dos Evangelhos, de Lucas, de Mateus e, provavelmente, também de João. No episódio da Anunciação, o evangelista Lucas chama Maria de “virgem”, referindo-se tanto à sua intenção de perseverar na virgindade como ao desígnio divino que concilia esse propósito com a sua prodigiosa maternidade. A afirmação da concepção virginal devido à ação do Espírito Santo, exclui qualquer hipótese de partenogénese natural e rejeita as tentativas de explicar a narração de Lucas como esclarecimento dum tema judaico ou como derivação duma lenda mitológica pagã. A estrutura do texto lucano (cf. Lc. 1,26-38; 2. 19.51) resiste a qualquer interpretação redutiva. A sua coerência não permite sustentar de modo válido mutilações dos termos ou das expressões que afirmam a concepção virginal operada pelo Espírito Santo.

2. O evangelista Mateus, referindo o anúncio do anjo a José, afirma de igual modo como Lucas a concepção operada “pelo Espírito Santo” (Mt. 1,20), com exclusão de relações conjugais. A geração virginal de Jesus, além disso, é comunicada a José num segundo momento: não se trata para ele de um convite a dar um consentimento prévio à concepção do Filho de Maria, fruto da intervenção sobrenatural do Espírito Santo e da cooperação só da Mãe. Ele é apenas chamado a aceitar livremente o seu papel de esposo da Virgem e a missão paterna em relação à criança. Mateus apresenta a origem virginal de Jesus como cumprimento da profecia de Isaías: “Eis que a Virgem conceberá e dará à luz um filho; e chamá-lo-ão Emmanuel, que quer dizer “Deus conosco” ” (Mt. 1,23; cf. Is. 7,14). Desse modo, Mateus leva a concluir que a concepção virginal foi objeto de reflexão na primeira comunidade cristã, que compreendeu a sua conformidade com o desígnio divino de salvação e o nexos com a identidade de Jesus, “Deus conosco”.

3. Ao contrário de Lucas e de Mateus, o Evangelho de Marcos não fala da concepção nem do nascimento de Jesus; contudo, é digno de nota o fato de Marcos jamais mencionar José, esposo de Maria. Jesus é chamado “o filho de Maria” da gente de Nazaré ou então, noutra contexto, “o Filho de Deus” em várias ocasiões (3, 11; 5, 7; cf. 1,11; 9. 7; 14, 61-62; 15,39). Estes dados estão em harmonia com a fé no mistério da sua geração virginal. Tal verdade, segundo uma recente descoberta exegética, estaria explicitamente contida também no versículo 13 do Prólogo do Evangelho de João, que algumas autorizadas vozes antigas (por exemplo Ireneu e Tertuliano) apresentam, não na sua forma plural usual, mas no singular: “Ele, que não do sangue nem da vontade da carne, nem do querer do homem, mas de Deus foi gerado”. Esta versão no singular faria do Prólogo joanino uma das maiores afirmações da geração virginal de Jesus, inserida no contexto do mistério da Encarnação. A afirmação paradoxal de Paulo: “Ao chegar a plenitude dos tempos, Deus enviou o Seu Filho, nascido de mulher... para que recebêssemos a adoção de filhos” (Gál. 4, 4-5), abre o caminho ao interrogativo acerca da personalidade desse Filho e, portanto, acerca do seu nascimento virginal. Este testemunho uniforme dos Evangelhos atesta como a fé na concepção virginal de Jesus está

solidamente arraigada em diversos ambientes da Igreja primitiva. E isto destitui de qualquer fundamento algumas interpretações recentes, que entendem a concepção virginal em sentido não físico ou biológico mas apenas simbólico ou metafórico: este designaria Jesus como dom de Deus à humanidade. A mesma coisa se deve dizer quanto à opinião apresentada por outros, segundo os quais a narração da concepção virginal seria, ao contrário, um theologoumenon, isto é, um modo de exprimir uma doutrina teológica, a da filiação divina de Jesus, ou seria uma sua representação mitológica. Como acabamos de ver, os Evangelhos contêm a afirmação explícita duma concepção virginal de ordem biológica, operada pelo Espírito Santo, e essa verdade foi assumida pela Igreja desde as primeiras formulações da fé (cf. Catecismo da Igreja Católica, 496).

4. A fé expressa nos Evangelhos é confirmada, sem interrupções, na tradição sucessiva. As fórmulas de fé dos primeiros autores cristãos postulam a afirmação do nascimento virginal: Aristides, Justino, Ireneu, Tertuliano estão de acordo com Santo Inácio de Antioquia, que proclama Jesus “verdadeiramente nascido de uma virgem” (Smirn. 12). Estes autores querem falar duma real e histórica geração virginal de Jesus, e estão longe de afirmar uma virgindade apenas moral ou um vago dom de graça, que se manifestou no nascimento da criança’. As solenes definições de fé dos Concílios ecumênicos e do Magistério Pontifício, que se seguiram às primeiras breves fórmulas de fé, estão em perfeita consonância com essa verdade. O Concílio de Caledônia (451), na sua profissão de fé, redigida com cuidado e pelo conteúdo infalivelmente definido, afirma que Cristo foi “gerado [...] segundo a humanidade, nos últimos dias, para nós e para a nossa salvação, de Maria Virgem, Mãe de Deus” (DS, 301). Do mesmo modo, o III Concílio de Constantinopla (681) proclama que Jesus Cristo foi “gerado [...] segundo a humanidade, pelo Espírito Santo e por Maria Virgem, aquela que é propriamente e com toda a verdade Mãe de Deus” (DS, 555). Outros Concílios ecumênicos (Constantinopolitano II, Lateranense IV e Lionense II) declaram Maria “sempre virgem”, pondo em relevo a sua virgindade perpétua (DS, 423, 801, 852). Essas afirmações foram retomadas pelo Concílio Vaticano II, evidenciando o fato que Maria “acreditando e obedecendo, gerou na terra, sem ter conhecido varão, por obra e graça do Espírito Santo, o Filho do Pai” (LG, 63). Às definições conciliares devem-se acrescentar as do Magistério Pontifício relativas à imaculada concepção da “Bem-aventurada Virgem Maria” (DS, 2803) e da Assunção da “Imaculada Mãe de Deus sempre Virgem” (DS, 3903).

5. Ainda que as definições do Magistério, com exceção do Concílio Lateranense de 649, querido pelo Papa Martinho I, não estabeleçam com precisão o sentido do apelativo “virgem”, é claro que esse termo é usado no seu sentido habitual: a abstenção voluntária dos atos sexuais e a preservação da integridade corporal. Em todo o caso, a integridade física é considerada essencial à verdade de fé da concepção virginal de Jesus (cf. Catecismo da Igreja Católica, 496). A designação de Maria como “Santa, sempre Virgem, Imaculada” suscita a atenção sobre o vínculo entre santidade e virgindade. Maria quis uma vida virginal, porque animada pelo desejo de dar inteiramente o seu coração a Deus. A expressão usada na definição da Assunção, “a Imaculada Mãe de Deus sempre Virgem” sugere também a conexão entre a virgindade e a maternidade de Maria: duas prerrogativas unidas de maneira

milagrosa na geração de Jesus, verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Assim a virgindade de Maria está intimamente ligada à sua maternidade divina e perfeita santidade.

L'Osservatore Romano, Ed. Port. n.28, 13/07/1996, pag. 12(348)

Fonte: Vaticano - Santa Sé - Papa João Paulo II

Home Page: <http://www.vatican.va>